



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA SUPERIOR DO CONSELHO DE RECURSOS
TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2025.**

Aos 19 (dezenove) dias do mês de dezembro do ano 2025 (dois mil e vinte e cinco) às 9 (nove) horas, verificado o quórum regimental estabelecido no art. 41 do Regimento Interno do Conselho de Recursos Tributários, foi aberta a **31ª (trigésima primeira) Sessão Ordinária da Câmara Superior do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará**, sob a Presidência do Dr. Victor Hugo Cabral de Moraes Junior. Presentes os Conselheiros: Raimundo Frutuoso de Oliveira Junior, Leilson Oliveira Cunha, Maria Elineide Silva e Souza, Luciana Nunes Coutinho Leontsinis, Caroline Brito de Lima Azevedo, Johnson Sá Ferreira, Francisco Wellington Ávila Pereira, Sabrina Andrade Guilhon, Carlos Mauro Benevides Neto, Pedro Jorge Medeiros, Geider de Lima Alcântara, Robério Fontenele de Carvalho, Lúcio Gonçalves Feitosa, José Ernane Santos, Deyse Aguiar Lôbo Rocha e Carlos Eduardo Romanholi Brasil. Presente o representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. Marcelo Capistrano Cavalcante. Presente, secretariando os trabalhos da Câmara Superior, a Secretária Ana Paula Figueiredo Porto. Iniciada a sessão o Sr. Presidente solicitou à secretária da Câmara Superior que realizasse a leitura da ATA da 30ª (trigésima) Sessão ordinária da Câmara Superior, realizada no dia 17 (dezessete) do mês corrente. Realizada a leitura da ata e não havendo sugestões de alteração, a **ATA da 30ª (trigésima) Sessão foi APROVADA**

Passando à Ordem do Dia, o Presidente Victor Hugo anunciou para julgamento:

1. PROCESSO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº: NOR-202321875 – AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 202321875. Recorrente: TRANSLOG TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA. Recorrido: ESTADO DO CEARÁ. Conselheira Relatora: SABRINA ANDRADE GUILHON. DECISÃO: A Câmara Superior do Conselho de Recursos Tributários, deliberando sobre o Recurso Extraordinário admitido pela Presidência com base no que dispõe o art. 73, parágrafos 1º ao 5º da Lei nº 18.185, de 29 de agosto de 2022, **RESOLVEM** os membros da Câmara Superior, com o propósito de unificar a jurisprudência do Conselho de Recursos Tributários por haver manifestações divergentes sobre a mesma matéria - da nulidade do auto de infração por inadequação do método, por maioria de votos, dar provimento ao Recurso Extraordinário, decidindo pela **NULIDADE**, por vício material da autuação, acatando as paradigmas apresentadas, alterando a decisão de procedência da Resolução Recorrida nº 091/2025 (1ª Câmara), acatando as Resoluções paradigmas nºs 143/2019 e 170/2020 da 3ª Câmara, considerando que o entendimento das decisões das

Resoluções Paradigmas é de que devem ser considerados elementos relevantes presentes na atividade da empresa, para que o resultado apresentado pela fiscalização não se apresente distorcido da realidade. A decisão da Resolução Recorrida se equivoca ao entender que ainda que a empresa seja prestadora de serviço cujo imposto devido pode ser ISS ou ICMS e que possui filiais que prestam serviços com veículos e bens de uso e consumo adquiridos pela autuada mas utilizados nos serviços prestados por suas filiais não deve ser levado em consideração ao ser apurado seu resultado operacional da empresa que é prestadora de serviço de transporte. Decisão em desacordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado, que manifestou-se pela manutenção da decisão de procedência proferida pela Câmara recorrida. Foi voto divergente e vencido o Conselheiro Leilson de Oliveira Cunha que se manifestou pelo não acatamento das resoluções paradigmas e manutenção da resolução recorrida. O Conselheiro Robério Fontenele de Carvalho manifestou seu voto nos seguintes termos: *“Entendo que a metodologia fiscal utilizada, qual seja, levantamento financeiro baseado exclusivamente na matriz é incompatível com a estrutura operacional da empresa, que possui diversas filiais responsáveis pelo faturamento, enquanto as compras e custos são centralizados na matriz, conforme consta dos autos. Ao desconsiderar as receitas das filiais, a fiscalização criou artificialmente um desequilíbrio entre custos e receitas, presumindo omissão de saídas sem lastro probatório idôneo. De tal modo, por se tratar de uma única pessoa jurídica, a análise deveria ter sido global (matriz + filiais), sob pena de falsear o resultado do levantamento e violar a lógica econômica da atividade exercida. Além disso, o levantamento financeiro é técnica inadequada para a realidade da recorrente, cuja atividade principal é a prestação de serviços de transporte, sujeita tanto ao ICMS quanto ao ISS em determinadas operações. A decisão recorrida deixou de enfrentar esse ponto essencial especialmente a repercussão das operações sujeitas ao ISS, configurando, assim, omissão que viola o contraditório e a ampla defesa”*. Vencido o voto do Conselheiro: Leilson Oliveira Cunha que se manifestou nos seguintes termos: *“Voto no sentido de manutenção da decisão recorrida. A metodologia adotada pelo agente do Fisco encontra amparo no art.92, Par. 8, IV da Lei 12.670/96 denotando permissivo legal para se cotejar a receita de venda oriundas na prestação de serviços de transportes em face do custo dos serviços prestados. Na confecção da Demonstração do Resultado Operacional, oriundas da escrita fiscal da empresa (EFD) vislumbrou-se aquisição de mercadorias, produtos, tidos como insumos consumidos na prestação de serviço de transporte da empresa. Ao se verificar ausência de receitas de prestação de serviços de transporte, atividade da empresa, o contribuinte fora intimado a apresentar as sobreditas receitas, todavia não retornado o requerido. Realizada a DRO restou caracterizada a presunção legal juris tatum cabendo ao contribuinte apresentar as provas necessárias para elidir a referida presunção. Os argumentos trazidos de que a empresa funciona como garagem centralizando todas as compras de insumos para posterior transferências às filiais não se sustenta em virtude de haver emissão de nenhuma nota fiscal de transferência dos*

ditos insumos às filiais, por outro lado, quando comparado o valor total de insumos comprados (e supostamente transferidos) com a receita de prestação de serviços de transportes das filiais denota absurda margem de agregação que seria utilizada pela empresa, afigurando-se assim não crível o argumento de centralização de compras na empresa fiscalizada (matriz), compreendendo-se que as filiais, ao contrário do que diz a recorrente, também fazem aquisições de insumos. Pelo revelado, não há que se ter como crível tal argumento de centralização. Em relação ao argumento de que a DRO deveria levar em consideração as receitas de prestação de serviços de transportes das filiais, também não há de prosperar tendo vista esbarrar no princípio da autonomia e do princípio da territorialidade. O contribuinte fiscalizado é autônomo em suas prestações de serviço de transporte, portanto, o ICMS devido em suas prestações deve ser de forma autônoma apurada (art. 19 do Dec. 24.569/97). Ainda, não se pode cogitar de adição de faturamento de suas filiais de outros estados sob pena expressa violação ao princípio da territorialidade (elemento fundamental na ocorrência do fato gerador) e do local da prestação do serviço, assim considerado aduzir pela adição das receitas filiais de outro estado traz, ainda, ínsita compreensão de violação ao princípio da territorialidade além de materialização ilegitimidade ativa do Estado do Ceará no procedimento fiscal. Não se pode confundir procedimentos fiscais no âmbito do Imposto de Renda da pessoa jurídica com procedimentos fiscais no âmbito do ICMS. Por derradeiro, de solar clareza que o contribuinte em suas alegações fundamentais não logrou êxito em trazer as provas necessárias de sorte a elidir a presunção consubstanciada nas provas trazidas pela fiscalização na autuação. Em relação ao argumento de ser contribuinte de ISS e ICMS embora razoável tal formulação todavia é bom de ter presente que não consta nos autos documentos de arrecadação de ISS pertinente à matriz fiscalizada, sendo apresentados os documentos arrecadatários de ISS de suas filiais.”. Presente, para apresentação de sustentação oral, o representante legal da autuada, Dr. Pedro Fleischman.

2. PROCESSO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº: 1/6413/2018 – AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1/201815532. Recorrente: LOJAS AMERICANAS S/A. Recorrido: ESTADO DO CEARÁ. Conselheiro Relator: CARLOS MAURO BENEVIDES NETO. DECISÃO: A Câmara Superior do Conselho de Recursos Tributários, deliberando sobre o Recurso Extraordinário admitido pela Presidência com base no que dispõe o art. 73, parágrafos 1º ao 5º da Lei nº 18.185, de 29 de agosto de 2022, **Resolve:** por voto de desempate da Presidência, negar provimento ao recurso extraordinário interposto, mantendo a resolução recorrida nº 029/2025, de **PROCEDÊNCIA** da acusação fiscal, nos termos do primeiro voto divergente vencedor, proferido pela Conselheira Maria Elineide Silva e Souza que se manifestou no sentido de que o contribuinte não pode optar pela forma de tributação, estando sujeita no presente caso, ao regime de carga líquida nos termos do Decreto nº 29.560/2008, de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Vencidos os votos dos Conselheiros: Carlos Mauro Benevides Neto, Pedro Jorge Medeiros, José Ernane Santos, Deyse Aguiar Lôbo Rocha, Carlos Eduardo Romanholi Brasil, Geider de Lima Alcântara, Robério Fontenele de Carvalho e Lúcio Gonçalves

Feitosa, que se manifestaram pela improcedência da acusação fiscal, considerando não ser possível a autuação por crédito indevido nos casos de operações sujeitas à substituição tributária, cuja infração deveria ser Falta de Recolhimento do ICMS ST. Participou de forma virtual e nos termos da Portaria Conat nº 08/2023, a representante legal da autuada, Dra. Maria Eduarda Silva Rocha.

3. PROCESSO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1/1743/2016 – AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1/201608143. Recorrente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A. Recorrido: ESTADO DO CEARÁ.

Conselheira Relatora: CAROLINE BRITO DE LIMA AZEVEDO. DECISÃO: A Câmara Superior do Conselho de Recursos Tributários, deliberando sobre o Recurso Extraordinário admitido pela Presidência com base no que dispõe o art. 73, parágrafos 1º ao 5º da Lei nº 18.185, de 29 de agosto de 2022, **Resolve: Deliberações ocorridas na 29ª (vigésima nona) Sessão Ordinária da Câmara Superior, realizada em 10/11/2025:**

*“1. Quanto à tese apresentada pela recorrente de exclusão do denominador do cálculo do coeficiente de creditamento do CIAP dos valores referentes aos CFOPs 5908 e 6908, (saídas em comodato), sem necessidade de comprovação dos retornos, acatado por unanimidade de votos, com esteio no § 13, “A” do art. 60 do Decreto nº 24.569/97, para que se exclua do denominador do cálculo do coeficiente do CIAP os valores referentes aos CFOPs 5908 e 6908, referentes a operações em comodato, por tratarem-se de simples deslocamento físicos de bens, realizadas a título provisório; 2. Quanto à tese apresentada pela recorrente de exclusão do denominador do cálculo do coeficiente de creditamento do CIAP dos valores referentes aos CFOPs 5920, 5921, 6920, 6921 (remessas de vasilhames e sacarias), sem necessidade de comprovação dos retornos, acatado por maioria de votos, com esteio no § 13, “A” do art. 60 do Decreto nº 24.569/97, para que se exclua tanto do numerador quanto do denominador do cálculo do percentual de creditamento do CIAP, os valores referentes aos CFOPs supra por tratarem-se de simples deslocamento físicos de bens, realizadas a título provisório, julgando pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA**, nos termos do voto da Conselheira Relatora, conforme manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. Votos divergentes dos conselheiros Francisco Wellington Avila Pereira e Leilson Oliveira Cunha, que votaram por afastar as paradigmas, mantendo no denominador as operações referentes às remessas de vasilhames, CFOPs 5920, 5921, 6920 e 6921, por não terem sido comprovados os respectivos retornos. Ato contínuo, considerando a necessidade de ajustes no levantamento, a Câmara decide encaminhar os autos para a Célula de Perícia Tributária - CEPET, para que seja feita a liquidação do crédito com os referidos ajustes. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Carlos Mauro Benevides Neto. Participou de forma virtual e nos termos da Portaria Conat nº 08/2023, o representante legal da autuada, Dr. Iuri Vilas Boas”. Retornando à pauta, nesta data,* após as providências adotadas pela Célula de Perícia-Tributária, resolvem os membros da Câmara Superior, por unanimidade de votos, homologar o crédito tributário apurado pela Célula de Perícia-Tributária - CEPET, de acordo com a decisão de **PARCIAL PROCEDÊNCIA** adotada pela Câmara Superior, na 29ª (vigésima nona) Sessão Ordinária, de 10 de novembro de 2025. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora, em consonância com a manifestação do representante da Procuradoria Geral do Estado. Participou, de forma virtual e nos termos da Portaria Conat nº 08/2023, o representante legal da autuada, Dr. Iuri Vilas Boas.

4. PROCESSO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1/0499/2018 – AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1/201721245. Recorrente: VULCABRAS AZALEIA CE CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A . Recorrido: ESTADO DO CEARÁ. Conselheiro Relator: RAIMUNDO FRUTUOSO DE OLIVEIRA JUNIOR. DECISÃO: A Câmara Superior do Conselho de Recursos Tributários, deliberando sobre o Recurso Extraordinário admitido pela Presidência com base no que dispõe o art. 73, parágrafos 1º ao 5º da Lei nº 18.185, de 29 de agosto de 2022, **Resolve: Deliberações ocorridas na 1ª (primeira) Sessão Extraordinária da Câmara Superior, realizada em 13/11/2025:** “por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso extraordinário interposto, acatando os fundamentos proferidos na paradigma Resolução 238/2023 e 96/2023, ambas da 1ª Câmara, decidindo pela **PARCIAL PROCEDÊNCIA**, incluindo no numerador do cálculo do coeficiente do CIAP os valores referentes às remessas de mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus, sob o entendimento de que referidas operações equiparam-se às exportações, ensejando, portanto, a manutenção do crédito também no cálculo do CIAP. Considerando a necessidade de liquidação do crédito tributário em razão dos ajustes, a Câmara decide remeter os autos para a Célula de Perícia Tributária – CEPET, para que sejam realizados os devidos ajustes e apresentado o valor remanescente do crédito devido. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. O Conselheiro Frutuoso justificou seu voto nos seguintes termos: “voto para dar provimento ao Recurso Extraordinário interposto, para declarar a parcial procedência do feito fiscal, acatando as resoluções paradigmas de nºs 96/2023 e 238/2023, posicionando-me pela reforma da decisão recorrida, no tocante à inclusão no numerador das operações de saídas para a Zona Franca de Manaus (CFOP 6109), equiparadas a operações de exportação por força do art. 4º do Decreto-Lei n.º 288/67, recepcionado pelo art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CF/88 e, portanto, dignas do mesmo tratamento tributário conferido pelo art. 155, inciso II, §2º, inciso X, alínea “a” da atual Carta Magna, consoante jurisprudência firmada na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 310 do STF, publicada em 09/09/2014”. **Retornando à pauta, nesta data,** após as providências adotadas pela Célula de Perícia-Tributária, resolvem os membros da Câmara Superior, por unanimidade de votos, homologar o crédito tributário apurado pela Célula de Perícia-Tributária - CEPET, de acordo com a decisão de **PARCIAL PROCEDÊNCIA** adotada pela Câmara Superior, na 1ª (primeira) Sessão Extraordinária, de 13 de novembro de 2025. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em consonância com a manifestação do representante da Procuradoria Geral do Estado. Participou, de forma virtual e nos termos da Portaria Conat nº 08/2023, a representante legal da autuada, Dra. Bruna Larissa Carvalho de Sousa.

Assuntos Gerais: O Presidente Victor Hugo manifestou satisfação ao encerrar sua gestão com a realização da primeira sessão da Câmara Superior dedicada ao julgamento de processos eletrônicos, marco que conclui a implementação do sistema PATE em todas as instâncias do órgão. Na ocasião, o Presidente parabenizou a Secretária-Geral do Conat, Dra. Rejane Muniz Frutuoso de Oliveira, responsável direta pela implementação do PATE, agradecendo pelo excelente trabalho e pelas horas de dedicação que viabilizaram a conclusão do projeto. Em seguida, a Conselheira Sabrina Andrade Guilhon solicitou o registro em ata de seus agradecimentos ao Presidente e à sua equipe de gestores pelos avanços conquistados nos

quatro anos de gestão, destacando a superação dos desafios enfrentados. A Conselheira expressou, ainda, sua satisfação em relatar o primeiro recurso extraordinário eletrônico julgado pela Câmara Superior, reiterando os elogios à Dra. Rejane Muniz, cujo trabalho descreveu como inspirador e fundamental para o êxito deste ciclo. Conselheiro Robério Fontenele de Carvalho endossou integralmente as manifestações da Conselheira Sabrina em homenagem ao Presidente Victor Hugo e à Dra. Rejane Muniz. Em sua fala, o Conselheiro destacou que o termo “pedra preciosa” atribuído à Secretária-Geral, ressaltando, que o mesmo termo deve ser estendido aos seus pares de bancada e a todos os membros que compõem a Câmara Superior. O Presidente Victor Hugo registrou que encerra sua participação na Câmara Superior, com grande satisfação e agradece o empenho de cada um das senhoras e senhores que compõem o Conselho de Recursos Tributários, que se sente muito honrado em ter presidido esta Câmara Superior nos 4 (quatro) anos de sua gestão. Deseja um Feliz Natal e um próspero Ano Novo a todos.

Encerrada a pauta do dia, o Sr. Presidente anunciou as Resoluções que foram encaminhadas para aprovação, referentes aos processos de nºs: 1/1743/2016 Relatora: Caroline Brito; 1/4022/2019 Relator: Pedro Jorge; 1/0892/2012 Relator: Wellington Ávila; 1/2672/2017 Relator: Geider Alcântara; 1/1781/2015 Relator: Raimundo Frutuoso; 1/0705/2020 Relator|: Johnson Sá; 1/1089/2018 Relatora: Deyse Rocha; NOR- 202321875 Relatora: Sabrina Guilhon. Em seguida, o Presidente Victor Hugo solicitou à Secretária Ana Paula Porto que realizasse a leitura da Ata da presente sessão de julgamento. Após a leitura e efetuadas as correções sugeridas, a **ATA da 31ª (trigésima primeira) Sessão Ordinária da Câmara Superior foi APROVADA**. Nada mais havendo a tratar, o Sr. presidente deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Ana Paula Figueiredo Porto, Secretária da Câmara Superior, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente da Câmara Superior, nos termos da Portaria Conat nº 02, de 3 (três) de maio de 2022.

Victor Hugo Cabral de Moraes Junior
PRESIDENTE DA CÂMARA SUPERIOR

Ana Paula Figueiredo Porto
SECRETÁRIA DA CÂMARA SUPERIOR